

AMOSTRA

CNV

REVISÃO 7X



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO NACIONAL UNIFICADO!

Seja muito bem - vindo!

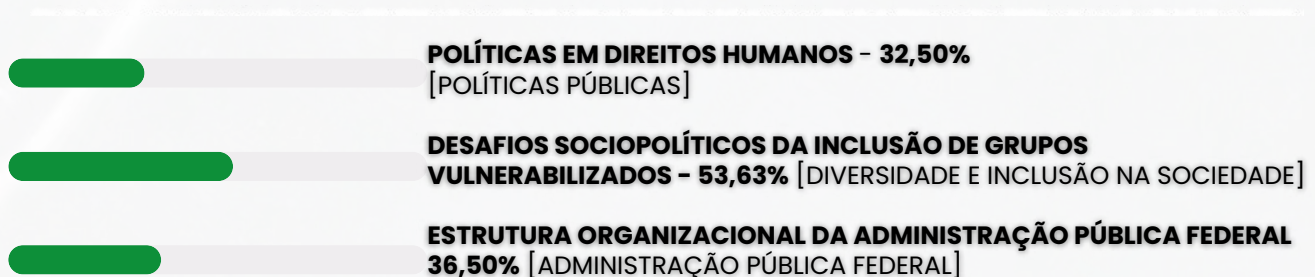
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **you ganha muito tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSE RH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



[clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

SUMÁRIO

BLOCOS NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS - BLOCOS 1 AO 7

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 1**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 2**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 5**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 6**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 7**

BLOCOS INTERMEDIÁRIOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - **BLOCO 9**

memoriza.ai



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – Concurso Nacional Unificado 2025


CONHECIMENTOS GERAIS (BLOCO 1 AO 7)

- Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania
- Políticas Públicas
- Ética e Integridade
- Diversidade e Inclusão na Sociedade
- Administração Pública Federal
- Trabalho e Tecnologia


BLOCO 1 – SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE

- 
- Seguridade Social
 - Saúde
 - Assistência Social
 - Previdência Social
 - Saúde e Segurança do Trabalho

BLOCO 2 – EDUCAÇÃO, CULTURA E PESQUISA

- 
- Gestão do Conhecimento e Comunicação
 - Políticas Públicas de Educação
 - Políticas Públicas de Cultura
 - Pesquisa
 - Avaliação

BLOCO 5 – GESTÃO GOVERNAMENTAL E FINANÇAS PÚBLICAS

- 
- Governança: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos
 - Governança: Riscos, Inovação, Participação e Coordenação
 - Políticas Públicas
 - Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras
 - Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – Concurso Nacional Unificado 2025

BLOCO 6 – DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO

6

- Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inclusão
- Desenvolvimento Produtivo e Regional no Brasil
- Gestão Estratégica e Regulação
- Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil
- Desigualdades e Dinâmicas Socioeconômicas no Brasil

BLOCO 7 – SEGURANÇA, DEFESA E JUSTIÇA

7

- Gestão Governamental e Métodos Aplicados
- Políticas de Segurança e Defesa – Ambiente Internacional e Tecnologias Emergentes
- Políticas de Segurança e Defesa – Ambiente Nacional e Questões Emergentes
- Políticas de Segurança Pública
- Políticas de Justiça e Cidadania

BLOCO 9: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

9

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Noções de Direito
- Realidade Brasileira
- Regulação e Agências Reguladoras

AGORA, VOCÊ VAI CONHECER POR DENTRO O MATERIAL QUE VAI TRANSFORMAR A SUA FORMA DE ESTUDAR!

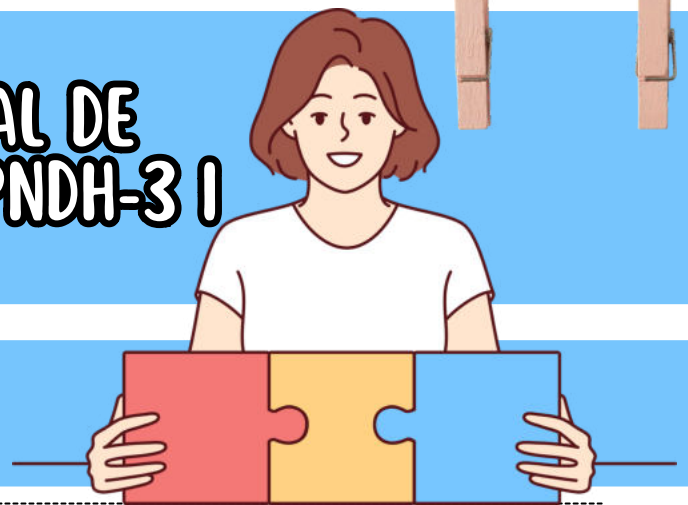
→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS GERAIS BLOCOS 1 AO 7

DICA

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH-3 I

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH-3 I



➔ Agora vamos examinar com mais detalhes o PNDH-3, aprovado por meio do Decreto nº 7.037/09 durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que passou por alterações significativas em 2010.

➔ O objetivo do PNDH-3 é dar **continuidade** à **integração** e ao **aprimoramento** dos mecanismos de participação já existentes, além de estabelecer novas formas para a **construção** e **monitoramento** das **políticas públicas brasileiras** relacionadas aos direitos humanos. Uma de suas diretrizes principais é garantir a **igualdade** na **diversidade**, respeitando as diferenças de crenças, promovendo a liberdade religiosa e assegurando a laicidade do Estado brasileiro.

○ **PNDH NÃO TEM FORÇA LEGISLATIVA!** EMBORA SEJA UMA NORMA INFRACONSTITUCIONAL COM PODER NORMATIVO, O PNDH NÃO É CONSIDERADO UMA LEI.

- A estrutura do PNDH-3, estabelecida pelo Decreto nº 7.037/09, é organizada de forma a abranger diversos aspectos e áreas relacionadas aos direitos humanos.
- O documento estruturado em eixos temáticos que abrangem diferentes áreas e temas relacionados aos direitos humanos. Esses eixos servem como diretrizes estratégicas para a implementação do programa, fornecendo uma visão abrangente das prioridades e áreas de atuação:

Estrutura do **PNDH-3**:

EIXO I - INTEGRAÇÃO DEMOCRÁTICA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

EIXO II - DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

EIXO III - UNIVERSALIZAR DIREITOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES

EIXO IV - SEGURANÇA PÚBLICA, ACESSO À JUSTIÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA

EIXO V - EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

EIXO VI - DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Cada eixo tem **metas específicas e ações estratégicas** para atingir os objetivos definidos. A organização por eixos possibilita uma abordagem **integrada** e **multidimensional**, reconhecendo que a **promoção e proteção** dos **direitos humanos** abrangem diversas dimensões interligadas e interdependentes.

DICA

INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS II



TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

→ Há quatro categorias distintas de políticas públicas, variando de acordo com os objetivos e a extensão da medida adotada:

POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS:

São políticas que visam **distribuir recursos, benefícios** ou **oportunidades** de forma mais equitativa entre os membros da sociedade.

SE UM BAIRRO ENFRENTA PROBLEMAS COM ENCHENTES, POR EXEMPLO, O GOVERNO PODE **DIRECIONAR POLÍTICAS** PARA MELHORAR A INFRAESTRUTURA OU PARA AJUDAR A COMUNIDADE A REPARAR POSSÍVEIS DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS.

POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS:

Ao contrário das políticas distributivas, as políticas redistributivas buscam **redistribuir** recursos, geralmente de **forma progressiva**, dos grupos mais ricos para os mais pobres.

ISSO ACONTECE COM OS FINANCIAMENTOS ESTUDANTIS, QUE CONTAM COM UM FUNDO NO QUAL MUNICÍPIOS E ESTADOS CONTRIBUEM FINANCIAMENTE E QUE, DEPOIS, É **REDISTRIBUÍDO** CONFORME AS MATRÍCULAS DE CADA LOCAL. OUTRO EXEMPLO É O PRÓPRIO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

POLÍTICAS CONSTITUTIVAS:

Essas políticas têm como objetivo **estabelecer** ou **alterar** as **regras** e **instituições** fundamentais da **sociedade**, moldando a estrutura e o funcionamento do sistema político e econômico.

UM EXEMPLO DESSE TIPO DE POLÍTICA É A DIVISÃO DA **RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL NO PAÍS**:

- **EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1:** RESPONSABILIDADE DOS **MUNICÍPIOS**;
- **ENSINO FUNDAMENTAL 2 E ENSINO MÉDIO:** RESPONSABILIDADE DOS **ESTADOS**;
- **ENSINO SUPERIOR:** RESPONSABILIDADE DO **GOVERNO FEDERAL**.

POLÍTICAS REGULATÓRIAS:

São **políticas destinadas a regular o comportamento** dos **indivíduos, empresas** e **organizações**, com o objetivo de proteger o interesse público, promover a concorrência justa e garantir a segurança e o bem-estar da população.

ESSAS POLÍTICAS SÃO APRESENTADAS EM **FORMA DE LEI**, COMO É O CASO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, QUE DISPÕE SOBRE AS REGRAS DE TRÂNSITO E DETERMINA AS PENALIDADES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DESSAS NORMAS.

GUARDE ESSA INFORMAÇÃO PARA SUA PROVA!

Enquanto as políticas **distributivas** se concentram em garantir que os recursos sejam **acessíveis** a todos, as políticas **redistributivas** buscam ativamente **corrigir desigualdades redistribuindo recursos** de forma mais **equitativa**.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

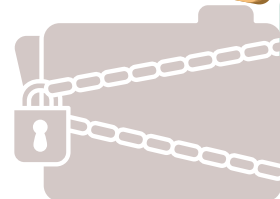
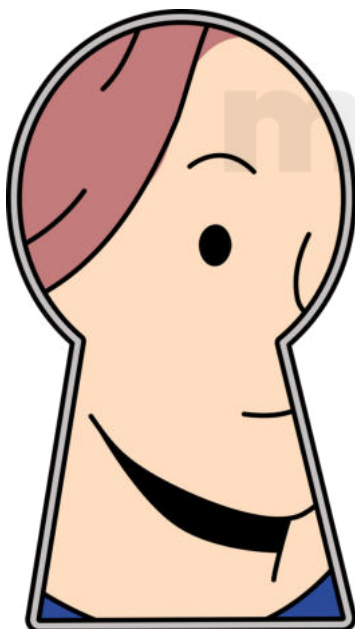
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**..

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**..

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

IDOSOS I

IDOSOS



→ Os idosos, também conhecidos como **terceira idade**, são indivíduos que alcançaram uma fase avançada da vida, geralmente caracterizada pela aposentadoria e pela redução da capacidade física e/ou mental.

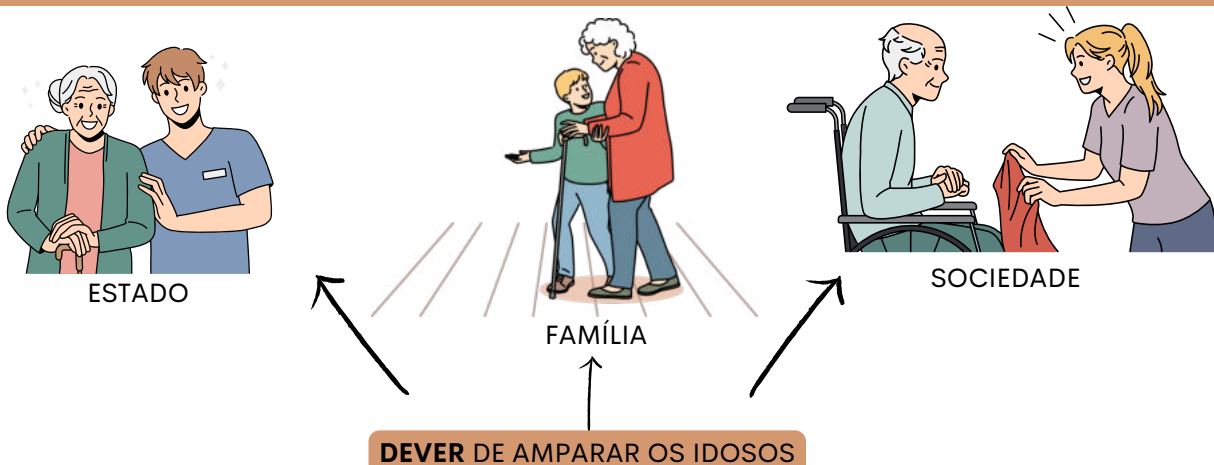
→ Essa fase da vida é marcada por uma série de **desafios** e **necessidades específicas**, incluindo cuidados mais direcionados de saúde, proteção social, participação na sociedade e prevenção da violência e do abuso.

De acordo com a **legislação brasileira**, considera-se **idosa** aquela pessoa que **atingiu 60 anos ou mais de idade**.

Os direitos garantidos aos idosos **não estão todos disponíveis a partir dos 60 anos**. Em muitos casos, é necessário alcançar a idade de **65 anos para poder usufruí-los**.



- Antes de nos aprofundarmos nas normas de proteção aos idosos, é importante lembrar que, da mesma forma que o sistema de proteção às crianças e aos adolescentes, é **responsabilidade** de todos **amparar os idosos**.
- As leis de proteção à pessoa idosa são fundamentadas em várias normas e legislações que tratam dos direitos, deveres e garantias desse grupo da população.



DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO III

PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO



Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO e LOA, bem como os créditos adicionais, serão avaliados por ambas as casas do Congresso. Há uma comissão mista permanente composta por deputados e senadores encarregados de:

- ✓ Analisar e emitir parecer sobre os projetos de lei acima mencionados, além de revisar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- ✓ Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.

ANOMIA ORÇAMENTÁRIA

o que precisamos saber?

A anomia orçamentária **ocorre quando um novo exercício financeiro é iniciado sem a aprovação da Lei Orçamentária**. As situações que podem causar essa anomalia são:

- O Chefe do Executivo **não envia o projeto de lei dentro do prazo estabelecido;**
- O **Projeto é rejeitado pela Casa Legislativa;**
- A **Lei Orçamentária não é votada pelo Congresso Nacional.**

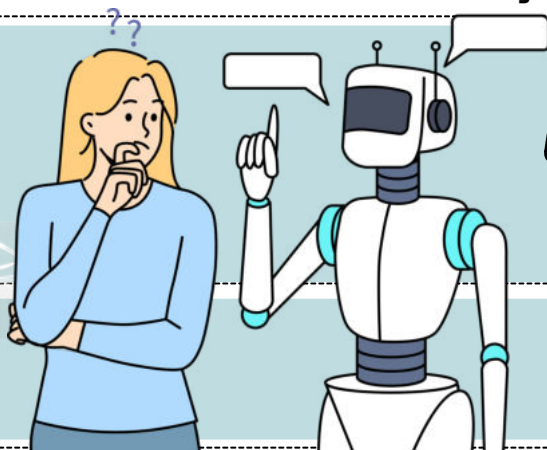
Jurisprudência

- **Informativo 1034:** Normas estaduais que impõem a lei orçamentária antes das Emendas Constitucionais 86/2015 e 100/2019 são consideradas inconstitucionais.
- **Informativo 1015:** É inconstitucional que as normas estaduais estabeleçam um limite diferente do imposto pelo artigo 166 da Constituição Federal para a aprovação de emendas parlamentares impositivas.



DICA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, AUTOMAÇÃO E PRODUTIVIDADE NO SETOR PÚBLICO



AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS (RPA) NO SERVIÇO PÚBLICO

O QUE PRECISAMOS SABER?

A **Robotic Process Automation (RPA)** é o uso de **softwares "robôs"** para **executar tarefas repetitivas e padronizadas**, como digitar dados em sistemas ou gerar relatórios. O objetivo é liberar os servidores para funções mais analíticas, reduzindo tempo e custos operacionais.

Enquanto a automação substitui tarefas específicas, a transformação digital envolve repensar fluxos e serviços de forma integrada.

➔ OBSERVAÇÃO DE PROVA

- A banca pode cobrar a **diferença entre automação simples (RPA) e transformação digital** (mudança organizacional mais ampla).



Exemplos de prova

- Automatização da **folha de pagamento de servidores**.
- **Protocolos eletrônicos** que substituem trâmites físicos.
- **Agendamento automático** de perícias no INSS.

★ Dica de Ouro

RPA é "robô de rotina": aumenta produtividade, mas não substitui análise crítica ou decisão fundamentada.

🧠 MNEMÔNICO:

RPA = ROBÔ PARA AGILIDADE

RPA



→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 1

DICA

ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL - LEI 8.212/91



CONTAGEM DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

→ O Art. 45-A regula como o contribuinte individual pode contar períodos de atividade **remunerada** para fins de obtenção de benefícios no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou para contagem recíproca do tempo de contribuição.

Indenização para **Contagem** de **Tempo** de Contribuição

- **Objetivo:** Permitir que o contribuinte individual **conte períodos** de atividade **remunerada** para a obtenção de benefícios ou contagem recíproca, mesmo que esses períodos estejam sujeitos à decadência.
- **Condição:** O contribuinte deve **indenizar** o **INSS** para que esses períodos sejam considerados.

VALOR DA INDENIZAÇÃO

- Cálculo da Indenização:
 - I: **20%** da média aritmética simples dos **maiores salários-de-contribuição**, reajustados, correspondentes a 80% do período contributivo desde julho de 1994.
 - II: **20%** da remuneração sobre a qual **incidem contribuições** para o regime **próprio de previdência social**, se a indenização for para contagem recíproca, observados limites e regulamentos específicos.

ENCARGOS SOBRE A INDENIZAÇÃO

- **JUROS MORATÓRIOS:** 0,5% AO MÊS, CAPITALIZADOS ANUALMENTE, COM UM MÁXIMO DE 50%.
- **MULTA:** 10% SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO.

O ARTIGO NÃO SE APLICA A CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO QUE AINDA NÃO FORAM ALCANÇADAS PELA **DECADÊNCIA**, SENDO ESTAS TRATADAS CONFORME AS DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS.



DICA

LEI N° 8.080/1990 XIII

DO SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR

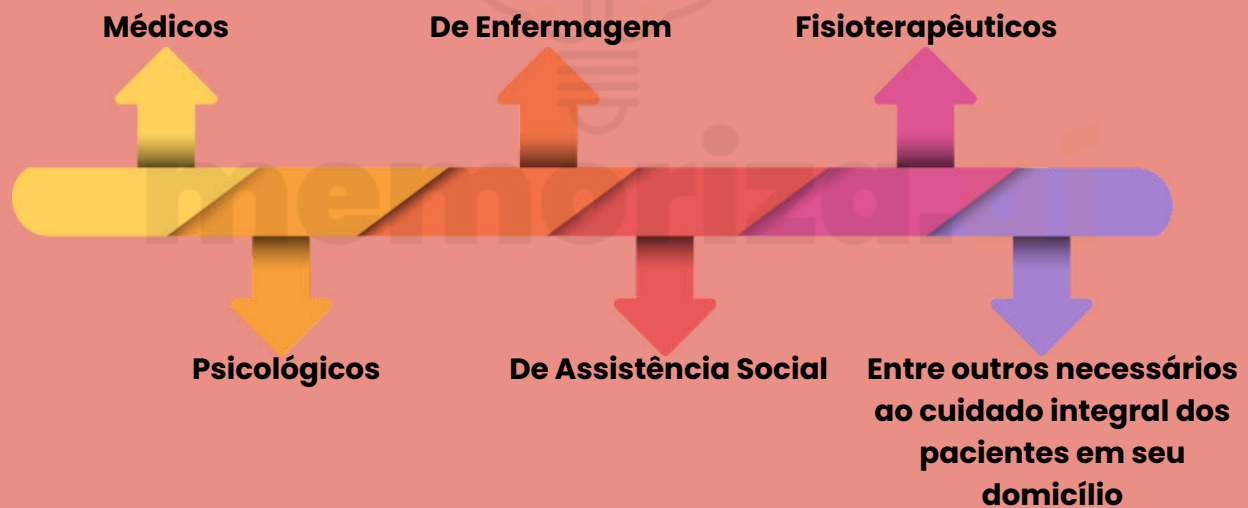
Art. 19-I. No contexto do Sistema Único de Saúde, ficam oficialmente instituídos o **atendimento em domicílio** e a **internação em domicílio**.

O atendimento e a internação domiciliares apenas serão autorizados nos seguintes casos:

- **Mediante prescrição médica.**
- **Com o consentimento explícito do paciente e de sua família.**

COMO ISSO FUNCIONA?

No que diz respeito à **modalidade de assistência em atendimento e internação domiciliares**, são abrangidos principalmente os seguintes procedimentos:



O atendimento e a internação domiciliares serão executados da seguinte maneira:

1 POR EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

2 QUE ATUARÃO NOS NÍVEIS DA MEDICINA

3 PREVENTIVA, TERAPÊUTICA E REABILITADORA



DICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL - LEI 8.742/93

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



As diretrizes definem como a assistência social deve ser organizada no país.

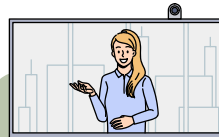
DESCENTRALIZAÇÃO:

AS AÇÕES SÃO DIVIDIDAS ENTRE **ESTADOS, MUNICÍPIOS** E O **DISTRITO FEDERAL**, MAS CADA ESFERA TEM UM **COMANDO ÚNICO** PARA EVITAR CONFUSÃO.



PARTICIPAÇÃO POPULAR:

A POPULAÇÃO, POR MEIO DE **ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS**, AJUDA A FORMULAR AS **POLÍTICAS** E CONTROLA SUA **EXECUÇÃO**.



RESPONSABILIDADE DO ESTADO:

O **ESTADO** É O PRINCIPAL **RESPONSÁVEL** POR **CONDUZIR A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** EM **TODAS AS ESFERAS DE GOVERNO**.

Esses princípios e diretrizes são o **alicerce** que garante uma assistência social **justa, inclusiva** e **eficiente** para todos os cidadãos!

DICA

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS - LEI 8.213/91



APOSENTADORIA POR IDADE

A aposentadoria por idade é um benefício para o segurado que **atinge a idade mínima prevista em lei e cumpre a carência exigida pelo INSS.**

Se o **aposentado** precisar de **ajuda permanente de outra pessoa**, recebe um **adicional de 25%.**

25%



IDADE MÍNIMA:

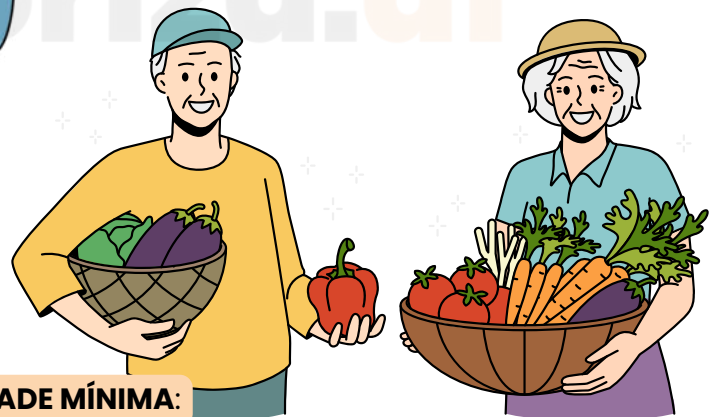
- Homem: 60 anos
- Mulher: 55 anos

Carência: (desde que comprovem atividade rural no período correspondente à carência, ainda que de forma descontínua).

IDADE MÍNIMA:

- Homem: 65 anos
- Mulher: 60 anos

Carência: cumprir o número de contribuições exigidas pela lei.



ATENÇÃO:

RURAL: REDUÇÃO DE 5 ANOS NA IDADE MÍNIMA:

ATENÇÃO:

Se o **trabalhador rural** não conseguir comprovar toda a atividade rural, mas tiver **contribuições em outras categorias**, ele se **aposentará pelas mesmas regras da aposentadoria urbana** (65 anos para homens e 60 para mulheres).

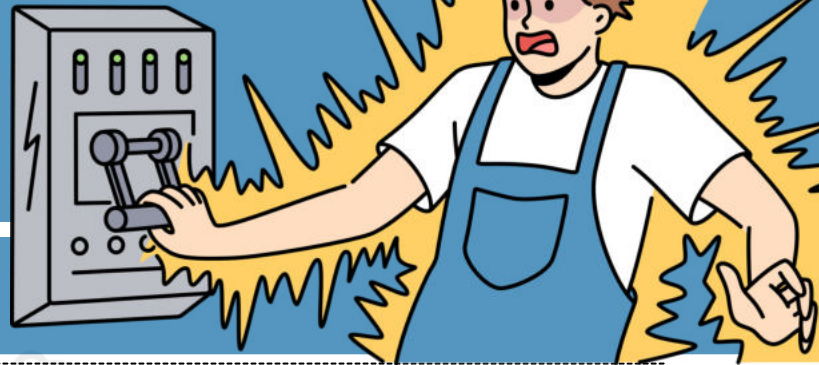


DICA

RISCOS OCUPACIONAIS E LEGISLAÇÕES

ADICIONAIS SALARIAIS

ADICIONAL
PERICULOSIDADE



→ O adicional de periculosidade é uma compensação fornecida aos trabalhadores que enfrentam **riscos iminentes** que poderiam ameaçar sua integridade física ou vida, quando a **exposição ao risco** é **permanente** ou **intermitente**.

→ Esse adicional equivale a pelo menos **30% do salário base do trabalhador**, não leva em conta outros acréscimos, o adicional é estabelecido pelas normas da CLT e pela NR 16. Para que uma **atividade** seja considerada **perigosa** e dê **direito ao adicional de periculosidade**, ela deve envolver a **exposição a**:

- inflamáveis;
- explosivos;
- energia elétrica;
- uso de motocicleta;
- roubos;
- violência física decorrente do exercício de segurança pessoal ou patrimonial.
- radiação ionizantes ou substâncias radioativas (art. 200, CLT e OJ nº 345 da SDI-I do TST)



- A **atividade perigosa** é **comprovada mediante perícia** (art. 195 da CLT). Somente nos casos em que o adicional já vem sendo pago, pelo empregador, torna-se incontroverso que o trabalho é realizado em condições perigosas. Dessa forma, **dispensa-se a produção de perícia**. (Súmula 453, TST.)
- O empregado poderá optar pelo **adicional de insalubridade** que porventura lhe seja devido.
- O trabalhador que presta serviço no **período noturno** e em atividades **perigosas** terá direito de **cumular os 2 adicionais**, noturno e periculosidade.



Súmula 191 do STF: O adicional de periculosidade **incide apenas sobre o salário básico** e não sobre este acrescido de outros adicionais.

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 2

DICA

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS IV

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS III



→ O Artigo 13 da LGPD aborda a **realização de estudos em saúde pública** e o **acesso a bases de dados pessoais** por órgãos de pesquisa para essa finalidade.

Vamos **entender** cada parte:

Os órgãos de pesquisa **podem ter acesso a bases de dados pessoais para realizar estudos e pesquisas em saúde pública.**

- Esses dados devem ser tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos. Além disso, devem ser mantidos em um ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico.

Sempre que possível, os dados devem ser **anonimizados** ou **pseudonimizados** para **proteger a identidade dos indivíduos.**

- A **anonimização** é o processo pelo qual os dados **perdem qualquer possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo.**
- A **pseudonimização**, por sua vez, é o tratamento pelo qual um dado **perde a possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo, exceto** pelo uso de **informação adicional mantida separadamente** pelo controlador em um ambiente controlado e seguro.



- A **divulgação dos resultados** ou de qualquer parte do estudo ou pesquisa **não pode revelar dados pessoais em nenhuma circunstância**, garantindo a privacidade dos indivíduos.
- O **órgão de pesquisa** é o **responsável pela segurança da informação, não sendo permitida, em nenhuma circunstância, a transferência dos dados a terceiros.**
- O **acesso aos dados** para realização de estudos em saúde pública será **objeto de regulamentação** por parte da **autoridade nacional** e das **autoridades da área de saúde e sanitárias**, no âmbito de suas competências.

DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)



DEVER DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA

X – VAGA EM ESCOLA PÚBLICA PRÓXIMA DA RESIDÊNCIA

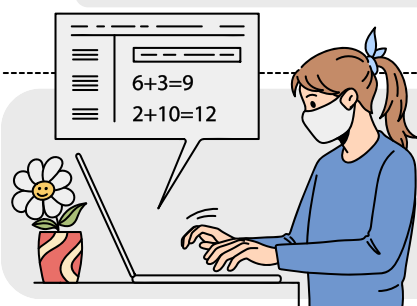
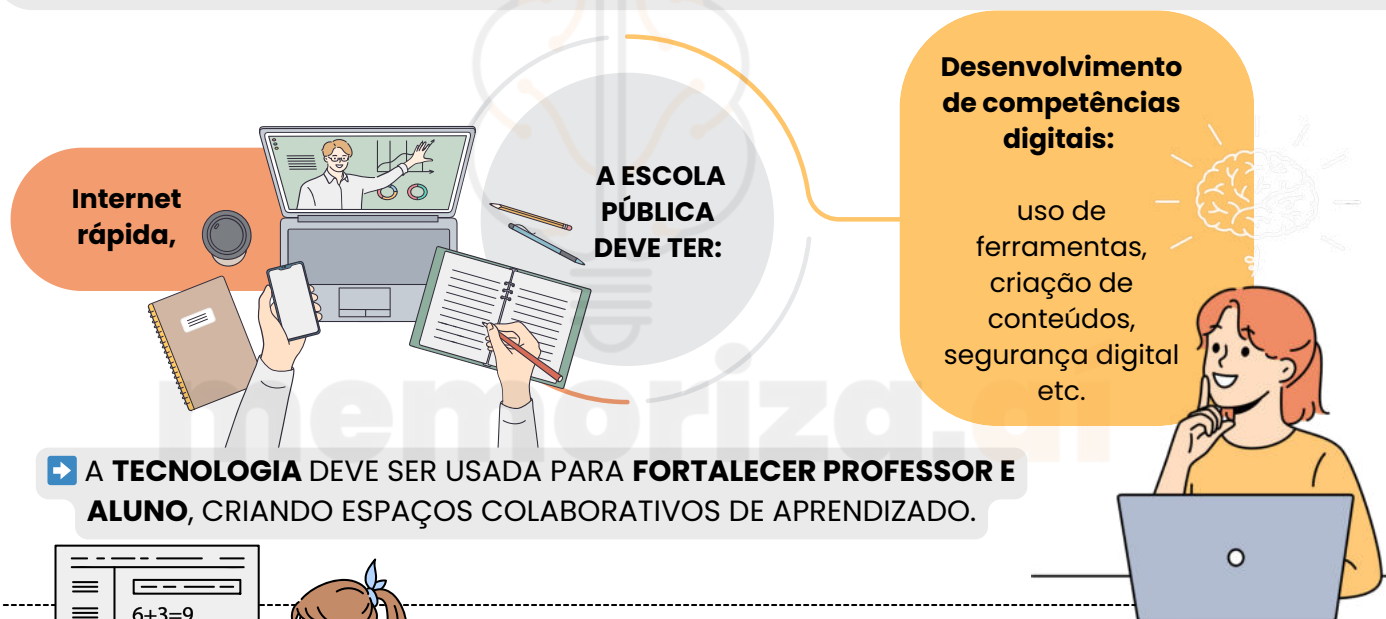
☺ Toda criança a partir de 4 anos de idade tem direito a vaga perto de casa!

XI – ALFABETIZAÇÃO PLENA AO LONGO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

➡ O foco é garantir que todos aprendam a ler e escrever com autonomia.

XII – EDUCAÇÃO DIGITAL COM CONECTIVIDADE

➡ A escola pública deve ter:



ART. 4º-A – EDUCAÇÃO PARA ALUNOS INTERNADOS

Se o aluno está internado em hospital ou em casa por tempo prolongado, o Estado deve garantir atendimento educacional.

➡ O OBJETIVO É QUE NINGUÉM FIQUE SEM ESTUDAR, MESMO DOENTE.

🎯 Dicas de prova:

✔ O Estado é obrigado a garantir **creche** para todas as crianças? → **Não é obrigatório, mas deve ofertar.**

✔ A **educação noturna** é direito de quem? → **De quem precisa estudar em horário alternativo.**

✔ Programas **suplementares** (como merenda) são obrigatórios? → **Sim, em todas as etapas da educação básica.**

✔ O **aluno com deficiência** deve estudar onde? → **Preferencialmente na rede regular, com AEE.**

DICA

PROGRAMA CULTURA VIVA – LEI Nº 13.018/2014



PROGRAMA CULTURA VIVA

O QUE PRECISAMOS SABER?

O Programa Cultura Viva é uma **política pública de base comunitária** que **reconhece e fortalece iniciativas culturais** já existentes em comunidades, por meio dos **Pontos e Pontões de Cultura**.



Exemplo prático

Um grupo de cultura indígena que realiza oficinas de artesanato e música em sua aldeia pode ser reconhecido como Ponto de Cultura, recebendo apoio financeiro e técnico.

Dica de prova

Questões costumam perguntar se o **Estado cria os Pontos de Cultura**. **Resposta: não.** Eles **já existem na comunidade** – o papel do Estado é **reconhecer, certificar e apoiar financeiramente**.

DICA

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

TIPOS DE PESQUISA



O QUE PRECISAMOS SABER?

É a **classificação das pesquisas** científicas de acordo com o objetivo principal que elas buscam alcançar. No contexto da gestão pública, essa definição ajuda a escolher a **metodologia mais adequada para coletar e analisar informações** que subsidiem decisões.

PRINCIPAIS TIPOS:

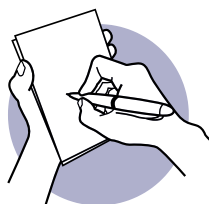
PESQUISA EXPLORATÓRIA 🔍



O objetivo é obter uma **primeira aproximação** com o problema, tornando-o mais claro e fácil de entender. Essa abordagem é caracterizada por ser **flexível e pouco estruturada**, frequentemente utilizando revisão bibliográfica, entrevistas abertas ou estudo de casos. Deve ser usada quando o tema é pouco conhecido ou ainda não há hipóteses claras.

Um exemplo seria **levantar informações iniciais sobre um novo problema social em determinada comunidade**.

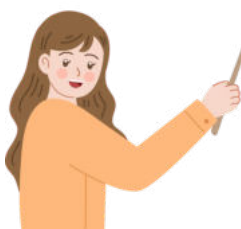
PESQUISA DESCRITIVA 🔍



O objetivo é **descrever as características** de uma população, fenômeno ou situação. Trata-se de uma **abordagem estruturada** que busca responder às perguntas "como" ou "o que acontece", sem se aprofundar nas causas. Este método é utilizado quando se deseja medir, classificar ou mapear as características de um determinado fenômeno.

Um exemplo comum é a **pesquisa de satisfação de usuários de um serviço público**.

PESQUISA EXPLICATIVA 🔍



O objetivo é **identificar as causas e os efeitos** de um fenômeno, procurando entender por que e como algo acontece. Essa abordagem é mais complexa e busca **explicar os processos subjacentes**. É ideal para situações em que já se tem algum conhecimento prévio e se deseja testar hipóteses.

Um exemplo seria um **estudo que identifica os fatores que levam à evasão escolar**.

DICA

ANÁLISE DE INDICADORES

METAS E LINHAS DE BASE

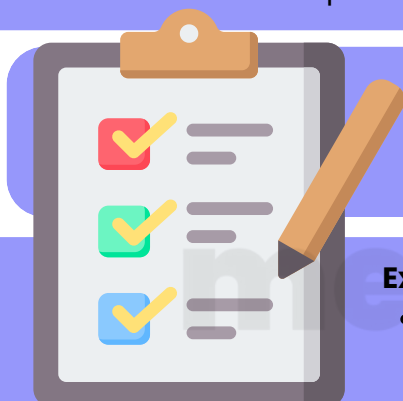


O QUE PRECISAMOS SABER?

Avaliar indicadores só faz sentido se houver um **ponto de partida** (linha de base) e um **objetivo de chegada** (meta). O CNU costuma cobrar o conceito de **baseline** e o **critério SMART para definição de metas**.

CONCEITOS CENTRAIS

- **Linha de base (baseline):** valor inicial do indicador antes da intervenção.
- **Meta:** objetivo quantificável e temporal.
- **Critério SMART:** metas devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais.



Aspectos-chave

Sem linha de base, **não há como saber se houve evolução**. Sem meta **SMART**, não é possível **mensurar o progresso de forma objetiva**.

Exemplo prático

- **Programa de alfabetização:** baseline = 55% dos alunos alfabetizados em 2022; meta = 80% até 2026.

METAS SMART



ESPECIFICO MENSURAVEL ATINGIVEL RELEVANTE TEMPORIZAVEL

O que, exatamente você quer?

O que determina que você atingiu o seu objetivo?

Esta meta é realista?

Por que esta meta é importante?

Em quanto tempo você quer alcançar?

DICA DE PROVA 🎯

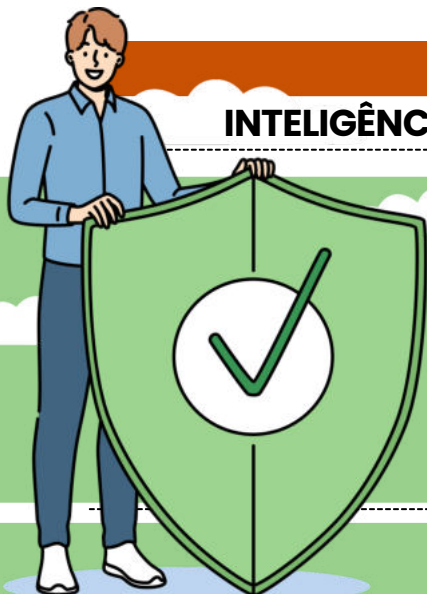
Se a questão apresentar **meta vaga como "melhorar a educação"**, a resposta correta é **que não se trata de meta SMART**.

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 5

DICA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS



DA SEGURANÇA DOS DADOS

→ Os dados usados para treinar a Inteligência Artificial devem vir de **fontes seguras**, de preferência do governo.

→ O sistema precisa garantir que os **dados não sejam alterados** antes do treinamento, e que cada versão do modelo tenha sua própria cópia dos dados usados.

Os dados devem estar **protegidos** contra:

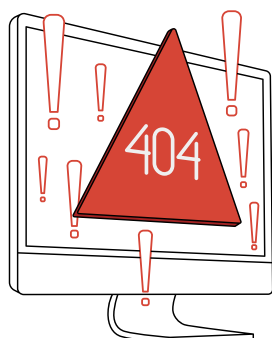
1. **Destruição;**
2. **Modificação;**
3. **Perda;**
4. **Acesso ou transmissão sem autorização.**



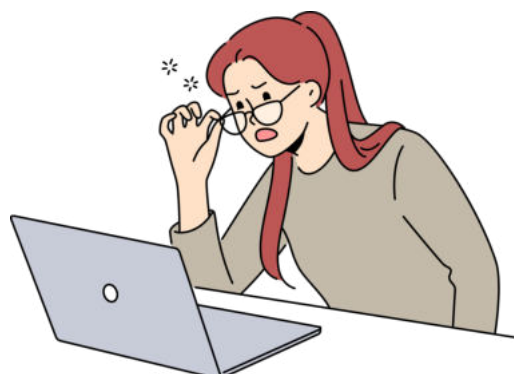
O **ARMAZENAMENTO** E O **FUNCIONAMENTO** DA IA DEVEM SER FEITOS EM **AMBIENTES** QUE SIGAM **PADRÕES FORTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.**

 DO CONTROLE DO USUÁRIO

O sistema de IA deve garantir que os usuários internos tenham autonomia, ou seja:



A IA DEVE **AJUDAR** E **NÃO LIMITAR** O TRABALHO DO **USUÁRIO;**



O USUÁRIO DEVE PODER **REVER** AS **PROPOSTAS** E **DADOS USADOS**, **SEM OBRIGAÇÃO** DE SEGUIR A **SUGESTÃO** DA IA.

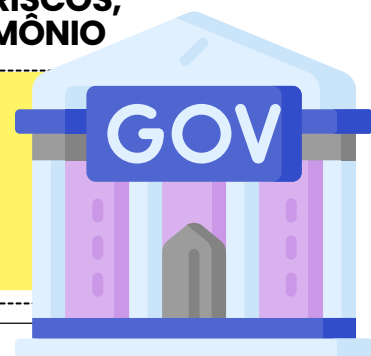
⚠ Tem mais:

- Os **usuários externos** (quem usa os serviços) precisam ser **informados**, de forma clara, que **estão sendo atendidos com o apoio de IA.**

DICA

GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, COORDENAÇÃO E PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO INTRA E INTERGOVERNAMENTAL



O QUE PRECISAMOS SABER?

Coordenação governamental é a capacidade de **alinhar ações**, políticas e recursos entre **diferentes áreas e níveis de governo**, evitando a fragmentação e promovendo coerência nas políticas públicas. É essencial para **enfrentar problemas complexos** (wicked problems), que exigem integração de múltiplos atores.

INTRAGOVERNAMENTAL

Dentro de um órgão ou nível de governo, busca-se **alinhar secretarias, departamentos e unidades internas**. Por exemplo, o Ministério da Saúde coordena a vigilância sanitária, atenção básica e hospitais federais para garantir eficiência e coesão nas ações.

INTERGOVERNAMENTAL

Envolve a **articulação entre os diferentes níveis federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. Baseada no princípio do **federalismo cooperativo**, conforme estabelecido no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, essa coordenação busca promover a **cooperação para a implementação de políticas públicas**. Um exemplo prático é o Sistema Único de Saúde (SUS), onde as responsabilidades são compartilhadas entre os entes federativos, garantindo a prestação de serviços de saúde de forma integrada e eficiente.



GOVERNO-SOCIEDADE

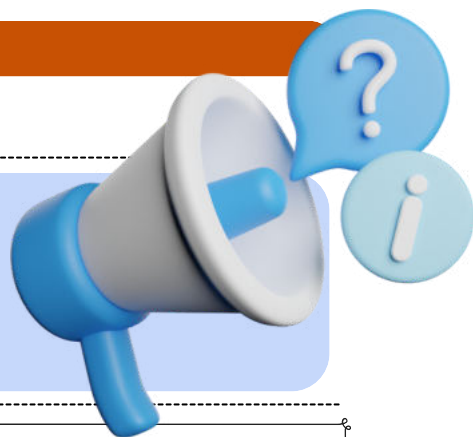
A coordenação governo-sociedade envolve a **articulação com atores externos**, como organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos, para **fortalecer a governança colaborativa**. Exemplos dessa cooperação incluem conselhos de políticas públicas e parcerias no âmbito do MROSC.

A coordenação enfrenta desafios significativos, como a **FRAGMENTAÇÃO INSTITUCIONAL** que resulta na sobreposição de políticas, além da **FALTA DE CLAREZA NAS COMPETÊNCIAS**, gerando conflitos federativos. A **DISPUTA POR RECURSOS** frequentemente leva à competição em vez de cooperação, enquanto a **BAIXA CAPACIDADE DE MONITORAMENTO** integrado dificulta a supervisão eficaz. Além disso, há **RESISTÊNCIA CULTURAL**, com órgãos frequentemente atuando de maneira isolada.

DICA

POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA



O QUE PRECISAMOS SABER?

Os instrumentos de políticas públicas são ferramentas utilizadas pelo Estado para **atingir metas específicas**, definindo a forma como as políticas serão implementadas. Eles podem diferir em termos de **intensidade, custos e efeitos sobre a população e entidades**, sendo essenciais para a efetividade das ações governamentais.

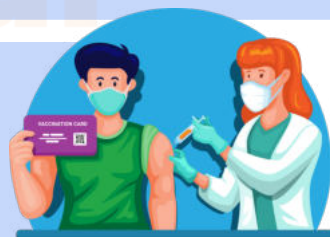
CLASSIFICAÇÃO PRINCIPAL
(HOWLETT E RAMESH)

A **REGULAÇÃO** estabelece **normas para corrigir falhas** de mercado e proteger direitos coletivos, como através de limites de emissão de poluentes e o Código de Defesa do Consumidor.



INCENTIVOS financeiros ou fiscais são **ferramentas econômicas** utilizadas para influenciar comportamentos, como a adoção de energia limpa através de isenções fiscais ou o apoio à agricultura por meio de subsídios. O objetivo é **harmonizar os interesses pessoais com o bem-estar coletivo**.

O Estado desempenha um papel crucial ao produzir e divulgar **INFORMAÇÕES**, como **campanhas de vacinação e dados governamentais abertos**, com o objetivo de aumentar a transparência, conscientizar a população e melhorar sua capacidade de escolha.



A **PROVISÃO DIRETA DE BENS E SERVIÇOS** pelo Estado envolve a prestação direta de serviços como **educação e saúde**, exemplificada por escolas e hospitais públicos e pela distribuição de vacinas pelo SUS. O principal objetivo é **assegurar o acesso universal a direitos fundamentais, promovendo equidade social**.

COMPARATIVO RÁPIDO

A **REGULAÇÃO**, como a proibição de fumar em ambientes fechados, visa proteger a saúde pública. Os **INCENTIVOS**, como bolsas de pesquisa, promovem oportunidades educacionais. A **INFORMAÇÃO**, através de boletins, alerta a população sobre riscos. Por fim, a **PROVISÃO DIRETA**, como escolas públicas, garante acesso à educação.

DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Pequenos valores

- Até R\$ 100.000,00 → obras, serviços de engenharia e manutenção de veículos 🚗
- Até R\$ 50.000,00 → outros serviços e compras 🛒

Licitação anterior sem sucesso (até 1 ano)

- Sem interessados ou propostas inválidas.
- Propostas muito acima do mercado.

Casos específicos:

- Peças para manutenção durante garantia 🔧
- Acordo internacional com condições vantajosas 🌐
- Pesquisa e desenvolvimento (até R\$ 300.000 em obras/serviços) 🔬
- Transferência/licenciamento de tecnologia 📡
- Gêneros perecíveis (hortifrúti, pães etc.) 🥬
- Alta complexidade tecnológica e defesa nacional 🛡️
- Padronização das Forças Armadas ⚓🚢🚚
- Operações de paz no exterior 🌐
- Abastecimento de tropas em trânsito 🚚
- Reciclagem por cooperativas de baixa renda ♻️
- Obras de arte e objetos históricos 🏛️
- Serviços sigilosos de investigação 🔍
- Medicamentos para doenças raras 💊

Situações estratégicas e emergenciais:

- Cumprir objetivos da Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) 💡
- Segurança nacional ⚠️
- Guerra, estado de defesa/sítio, intervenção federal 🇧🇷



EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
(PRAZO MÁX. 1 ANO, SEM PRORROGAÇÃO)



DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO VIII



CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO INICIAL

A vigência dos créditos adicionais **não pode ultrapassar o exercício financeiro**, exceto nos casos dos créditos especiais e extraordinários, quando houver determinação legal expressa.

DÍVIDA ATIVA

Dívida Ativa é o **montante que a Fazenda Pública possui a receber de terceiros**. Esse tipo de débito pode ter duas origens distintas:

- **Tributária:** quando decorre da **falta de pagamento de tributos**, incluindo correção monetária, juros e multas.
- **Não Tributária:** quando tem **outras origens**.

FUNDOS ESPECIAIS

o que precisamos saber?



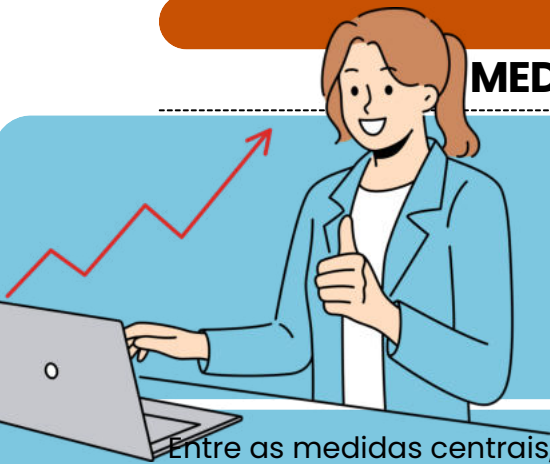
Os Fundos Especiais são compostos por **receitas específicas que, por lei, estão vinculadas à realização de determinados serviços ou objetivos**, permitindo a adoção de normas peculiares de aplicação.



Um exemplo é o **Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)**.

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL



MÉDIA PONDERADA

o que é isso?

Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos para cada um dos valores**. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n}$$

Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

- ✓ $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \rightarrow$ Pesos
- ✓ $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n \rightarrow$ Valores do conjunto

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



- Prova de língua estrangeira \rightarrow **peso 1**
- Prova prática \rightarrow **peso 2**
- Prova específica da área \rightarrow **peso 3**
- Análise de currículo \rightarrow **peso 4**



OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTES NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\bar{x}_A = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_A = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\bar{x}_A = \frac{80}{10}$$

$$\bar{x}_A = 8,0$$

$$\bar{x}_B = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_B = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\bar{x}_B = \frac{84}{10}$$

$$\bar{x}_B = 8,4$$

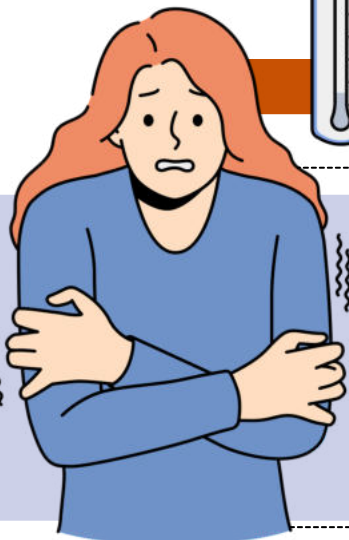
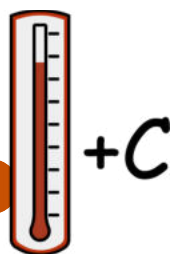
O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.



→ clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 6

→ clique aqui para conhecer o material completo



DICA

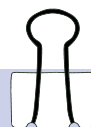
LEI Nº 12.187/2009

POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

→ A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é um marco importante que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

O que é mudança de clima?

- De acordo com a PNMC, o conceito de **"mudança do clima"** refere-se à **"evolução gradual das condições climáticas ao longo do tempo, causada tanto por atividades humanas quanto por fatores naturais."**
- A principal missão da PNMC é **incentivar o desenvolvimento sustentável**, ao mesmo tempo em que busca **reduzir os impactos das mudanças climáticas** e **promover a adaptação** a essas alterações.



Em termos simples, **"mudança do clima"** se refere à **transformação do clima da Terra**, que pode ocorrer devido às atividades humanas, como a emissão de gases de efeito estufa, e também por **mudanças naturais na atmosfera** ao longo do tempo.



PRINCÍPIOS DA PNMC

Os cinco princípios da PNMC são:



- **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO:** AGIR PARA EVITAR DANOS QUE AINDA NÃO SÃO TOTALMENTE CONHECIDOS.
- **PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO:** AGIR PARA EVITAR QUE OS DANOS ACONTEÇAM.
- **PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:** ENVOLVER A SOCIEDADE NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
- **PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SEM COMPROMETER O MEIO AMBIENTE.
- **PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS, PORÉM DIFERENCIADAS:** TODOS DEVEM AGIR PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MAS AS RESPONSABILIDADES SÃO DIFERENTES PARA CADA PAÍS OU SETOR DA SOCIEDADE.

DICA

POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL SÉCULO XXI

POLÍTICA INDUSTRIAL NO SÉCULO XXI E A NOVA INDÚSTRIA BRASIL (NIB)



A política industrial é estratégica para enfrentar a **desindustrialização** e inserir o Brasil em cadeias de maior valor.

A banca cobra tanto a **evolução histórica** quanto a **Nova Indústria Brasil (2024–2033)**.

Histórico recente:

- **PITCE (2004)**: inovação e setores estratégicos (fármacos, software, semicondutores).
- **PDP (2008)**: incentivo ao investimento e inovação.
- **Brasil Maior (2011–2014)**: competitividade e desonerações.

Nova Indústria Brasil (NIB, 2024–2033):

- Inspirada em Mariana Mazzucato → “política de missões”.

CINCO GRANDES MISSÕES:

- Agroindústria digital e sustentável.
- Saúde (complexo industrial da saúde).
- Defesa e soberania nacional.
- Infraestrutura, habitação e saneamento.
- Transição energética e descarbonização.

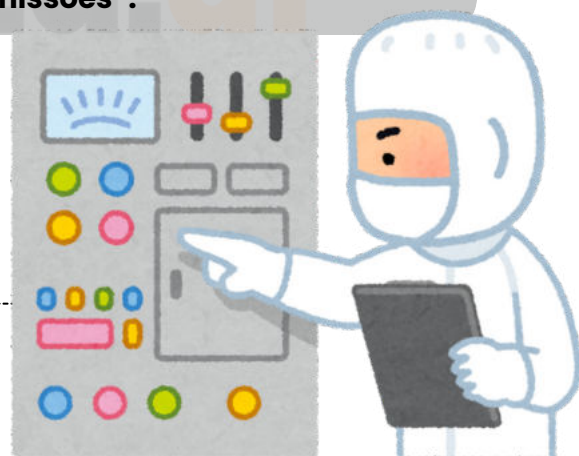
- ✓ Instrumentos horizontais (crédito, P&D, inovação).
- ✓ Instrumentos verticais (setores estratégicos).
- ✓ BNDES e Finep como motores do financiamento.
- ✓ Compras públicas e conteúdo local como alavancas.

Exemplo prático

- 🚰 **Compras públicas de vacinas** → missão saúde.
- ⚡ **Apoio à energia limpa e eletromobilidade** → missão transição energética.
- 🏠 **Habitação popular integrada a saneamento** → missão infraestrutura.

Dica de prova

- 🔑 **Se falar em missões estratégicas** → Nova Indústria Brasil (2024).



DICA

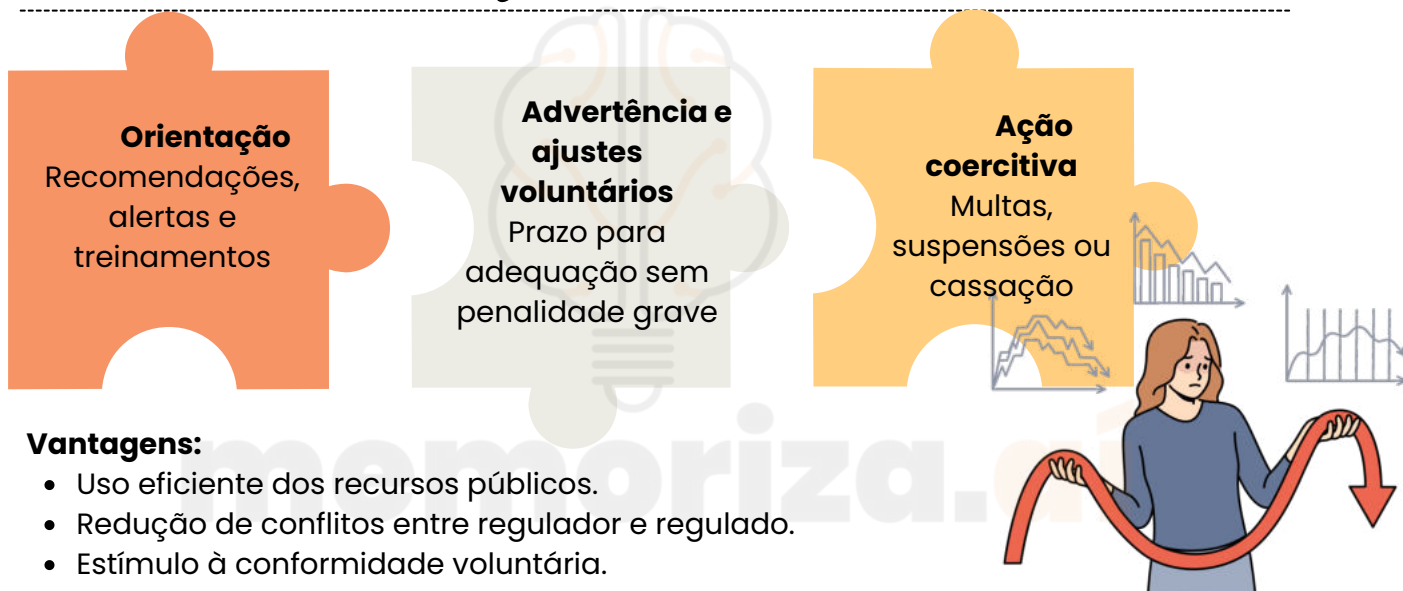
NOÇÕES DE ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCO



FISCALIZAÇÃO RESPONSIVA

- A fiscalização responsiva é uma **abordagem flexível e estratégica**, que combina orientação e punição proporcional.
- Ela parte da ideia de que a maioria dos regulados cumpre suas obrigações e que medidas coercitivas devem ser aplicadas apenas para casos graves ou de reincidência.

ESTRUTURA DA FISCALIZAÇÃO RESPONSIVA



É o procedimento formal utilizado pelas agências reguladoras para investigar infrações e aplicar sanções, garantindo o devido processo legal e a ampla defesa.

ETAPAS DO PROCESSO

1. **Instaurar o processo:** lavratura do auto de infração ou denúncia formal.
2. **Notificação do regulado:** ciência da acusação e prazo para defesa.
3. **Instrução processual:** coleta de provas, análise técnica e oitiva de testemunhas.
4. **Decisão administrativa:** aplicação da penalidade ou arquivamento do caso.
5. **Recurso administrativo:** revisão da decisão em instância superior dentro da própria agência.

Princípios aplicáveis

- **Legalidade:** só é possível punir se houver previsão legal.
- **Proporcionalidade:** a penalidade deve ser compatível com a gravidade da infração.
- **Ampla defesa e contraditório:** o regulado pode se defender e recorrer.

DICA

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990

O QUE PRECISAMOS SABER?

Privatização é a **transferência do controle acionário de empresas estatais** para o **setor privado**. No Brasil, foi intensificada nos **anos 1990** com o Programa Nacional de **Desestatização (PND)**, buscando **reduzir gastos públicos, atrair investimentos e aumentar a eficiência**.

- **Estado regulador:** modelo em que o Estado cria agências para fiscalizar setores privatizados.
- **Concessão x privatização:** concessão é temporária, privatização é venda definitiva.
- **PND (Lei 8.031/1990):** marco legal do processo no Brasil.



ASPECTOS CENTRAIS

Privatizações **abrangeram setores como siderurgia, mineração, telecomunicações e energia**. Houve **expansão de serviços**, mas também críticas quanto à **concentração de capital estrangeiro e perda de capacidade estatal de investimento direto**.



Base histórica brasileira

- **1990:** criação do PND no governo Collor.
- **1995–2002:** governo FHC intensifica privatizações (Vale, Telebrás).
- **Pós-2000:** manutenção do modelo regulador, com ênfase em concessões e PPPs.

EXEMPLOS PRÁTICOS

- Privatização da Vale em 1997, consolidando o setor mineral no mercado internacional.
- Privatização da Telebrás, que expandiu rapidamente a telefonia, mas gerou debate sobre concentração de mercado.
- Criação da ANATEL e da ANEEL como agências reguladoras.

Dica de prova

Questões podem explorar a diferença entre **Estado-empresário (desenvolvimentismo)** e **Estado-regulador (neoliberalismo)**. Uma armadilha é confundir **privatização** com **concessão**: no concurso, essa distinção é essencial.

DICA

ECONOMIA DO TRABALHO III

POPULAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO I

O QUE PRECISAMOS SABER?



A força de trabalho é um conceito essencial na análise do mercado de trabalho, definida como a **soma das pessoas empregadas (E)** e das **desempregadas (D)**.

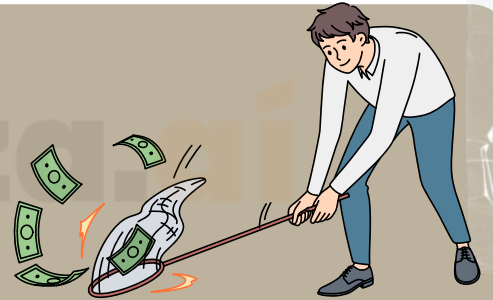
. Assim, a **fórmula** que representa a **força de trabalho** é:

$$FT = E + D$$

É importante notar que, para compreender totalmente esse conceito, é essencial aguardar a explicação dos termos "**empregado**" e "**desempregado**". Vamos lá:

EMPREGADO:

- O termo "**empregado**" refere-se a **alguém** que está **atualmente envolvido** em uma **relação de trabalho remunerado**. Isso significa que a pessoa dedicou seu trabalho a uma atividade específica em troca de compensação financeira, como salário, salário-hora ou outra forma de remuneração.



DESEMPREGADO:

- O termo "**desempregado**" é usado para **pessoas** que estão atualmente **sem emprego remunerado** e **estão ativamente procurando oportunidades de trabalho**. É crucial ressaltar que, para ser considerado desempregado, a pessoa precisa estar **disponível** para trabalhar e ter feito esforços recentes para buscar emprego.



É importante observar que, **independentemente** do **número de horas trabalhadas por dia** ou da **quantidade de empregos** que uma pessoa possua, ela é **contabilizada** como **uma unidade na força de trabalho**. Assim, apesar do termo "força de trabalho", essa medida não é uma representação exata da **potência** do trabalho.

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 7

DICA

GESTÃO GOVERNAMENTAL E MÉTODOS APLICADOS

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO, TÁTICO E
OPERACIONAL



PROCESSO DE PLANEJAMENTO

NÃO CONFUNDA!

Planejamento estratégico é um processo de **longo prazo** (3 a 10 anos), que orienta a direção de uma organização ao considerar seu **propósito** e o **contexto externo**.

Objetivo > **definir** o que a organização **deseja alcançar**.



Planejamento tático abrange um período de **médio prazo** (1 a 3 anos) e **transforma diretrizes** estratégicas em **projetos específicos** para cada setor ou unidade.

Objetivo > **detalhar** como os **objetivos estratégicos** serão implementados.

Planejamento operacional é focado no **curto prazo**, até um ano, **detalha atividades**, prazos, recursos e responsáveis.

Objetivo > **executar** ações concretas para **atingir resultados táticos** e estratégicos.



VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão > uma descrição clara do **futuro almejado**, servindo como **inspiração a longo prazo**. Ex.: "Tornar-se uma referência em educação inclusiva na América Latina."



Missão > o **objetivo principal** da organização, a razão pela qual ela existe. Ex.: "Assegurar que todos tenham acesso a uma educação de qualidade."

Valores > **princípios** que guiam nossas ações e decisões. Ex.: incluem ética, transparência, eficiência e inovação.



DICA

POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA – AMBIENTE INTERNACIONAL E TECNOLOGIAS EMERGENTES

GRANDE ESTRATÉGIA



O QUE PRECISAMOS SABER?

É o conjunto de ações e políticas de longo prazo que articulam todos os instrumentos de poder de um Estado (militar, diplomático, econômico, tecnológico e cultural) para garantir sua segurança e promover seus interesses no sistema internacional.

NATUREZA

A estratégia nacional do Brasil é uma abordagem abrangente que integra **defesa, política externa e desenvolvimento**. Essa estratégia é moldada por diversos fatores, como a **história, a geografia e a cultura do país**.

PERSPECTIVA DO SUL GLOBAL

A **multipolaridade** promove uma distribuição equilibrada de **poder internacional**, defendendo reformas na governança global para ouvir todas as nações. A **cooperação Sul-Sul**, como nos grupos **IBAS e BRICS**, fortalece laços entre países em desenvolvimento. A ênfase em **segurança humana** e desenvolvimento sustentável reflete o compromisso com o **bem-estar das populações** e o meio ambiente, assegurando um futuro justo e próspero.

BASE LEGAL

A **Política Nacional de Defesa (PND)** estabelece os **princípios e diretrizes** que orientam a atuação do país no campo da defesa, visando garantir a soberania e integridade territorial.

A **Estratégia Nacional de Defesa (END)** define as **prioridades e ações** necessárias para fortalecer as capacidades militares e de segurança.

O **Livro Branco de Defesa Nacional** fornece transparência sobre as **políticas de defesa**, detalhando planos e investimentos.

COMPONENTES

Poder militar: capacidade dissuasória e defensiva.

Poder diplomático: construção de alianças e coalizões.

Poder econômico: competitividade e autonomia produtiva.

Poder tecnológico: inovação e domínio de tecnologias críticas.

Poder cultural e informacional: influência de narrativas.

DICA

POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA – AMBIENTE NACIONAL E QUESTÕES EMERGENTES

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

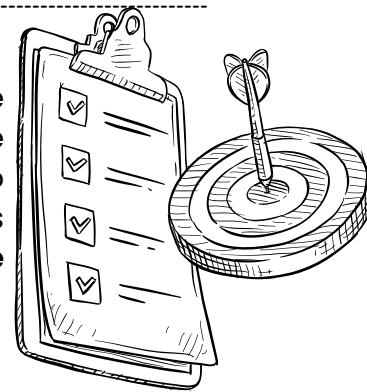


O QUE PRECISAMOS SABER?

O **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)** é um programa estratégico do Exército Brasileiro que combina tecnologia de ponta, infraestrutura física e cooperação entre instituições para **monitorar, controlar e proteger** a extensa faixa de fronteira terrestre do Brasil.

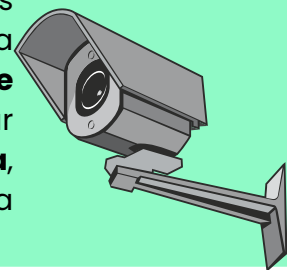
NATUREZA E OBJETIVOS

O SISFRON é uma **rede integrada** que combina sensores, sistemas de comunicação, centros de comando e forças de reação, com o intuito de **fortalecer a presença** do Estado nas fronteiras. Ele combate crimes como tráfico de drogas e armas, contrabando, garimpo ilegal e outros ilícitos transnacionais, além de atuar na prevenção de ameaças à **soberania e na proteção** de recursos naturais.



COMPONENTES PRINCIPAIS

O sistema de vigilância integra diversos componentes essenciais para garantir a segurança e a eficiência na proteção de áreas sensíveis. Os **sensores de vigilância**, como radares, câmeras e sensores acústicos, são fundamentais para a detecção de movimentos suspeitos, mesmo em condições adversas. Os **meios de comunicação**, utilizando enlaces por rádio e satélites, asseguram a transmissão segura e redundante dos dados coletados. Nos **Centros de Comando e Controle (C2)**, essas informações são processadas para gerar alertas e apoiar decisões estratégicas. Finalmente, as **forças de resposta**, compostas por pelotões de fronteira e unidades de apoio, estão prontas para atuar conforme as diretrizes estabelecidas pelo C2.



INTEGRAÇÃO INTERAGÊNCIAS

O SISFRON, ao trabalhar em conjunto com a Polícia **Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, órgãos ambientais e forças policiais estaduais**, exemplifica a integração interagências. Essa colaboração fortalece a **eficácia das operações**, ampliando o alcance das ações e permitindo a troca ágil de informações estratégicas entre as entidades envolvidas.



Sem a implementação do SISFRON, a vigilância depende de patrulhas presenciais, resultando em **cobertura restrita e menor capacidade de reação**. **Com o SISFRON**, há **monitoramento contínuo**, permitindo detecção antecipada e coordenação em tempo real entre diferentes forças, melhorando significativamente a segurança.

DICA

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

OUVIDORIAS E CONSELHOS DE DIREITOS



O QUE PRECISAMOS SABER?

As **Ouvidorias** e os **Conselhos de Direitos** são instrumentos institucionais que concretizam o **controle social** sobre as políticas públicas, garantindo **participação cidadã, fiscalização e transparência**. Esses espaços fortalecem a democracia participativa prevista na Constituição de 1988, permitindo que a sociedade não apenas usufrua, mas também **monitore e delibere** sobre a formulação e execução das políticas estatais.

OUVIDORIAS

As ouvidorias são canais essenciais de **comunicação entre a sociedade e o Estado**, recebendo denúncias, reclamações, elogios e sugestões sobre serviços públicos. Elas **encaminham** essas demandas aos órgãos competentes e **monitoram** as ações tomadas, promovendo a transparência e fortalecendo a relação entre cidadãos e governo.



CONSELHOS DE DIREITOS

Os **Conselhos de Direitos** são espaços colegiados que reúnem de forma paritária **representantes da sociedade civil e do governo**. Eles têm a função de deliberar e propor políticas públicas, além de monitorar a **execução de planos**, programas e a alocação de recursos orçamentários.



BASE LEGAL

As ouvidorias e conselhos de direito são instrumentos fundamentais para garantir a participação social e a fiscalização das políticas públicas no Brasil. O **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)** estabelece os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, enquanto o **Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)** institui os Conselhos de Idosos. A **Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015)** cria os Conselhos de Pessoas com Deficiência. Essas leis setoriais promovem a inclusão e a proteção dos direitos de grupos específicos, fortalecendo a democracia participativa.

DICA

POLÍTICAS DE JUSTIÇA E CIDADANIA

LIDERANÇA NA GOVERNANÇA PÚBLICA



O QUE PRECISAMOS SABER?

A **liderança** é um dos pilares fundamentais da governança pública, responsável por **inspirar, motivar e direcionar equipes** e instituições na busca por resultados de interesse público. Uma boa liderança assegura **alinhamento entre metas** estratégicas e **execução**, além de fortalecer a integridade e a ética no serviço público.

TIPOS DE LIDERANÇA

A liderança **transformacional** é aquela que **motiva e inspira** a equipe a abraçar mudanças e inovação, promovendo um ambiente dinâmico e criativo. Já a **liderança transacional** concentra-se no cumprimento de **metas, utilizando recompensas** e punições para garantir resultados concretos e imediatos. Por outro lado, a **liderança servidora** prioriza o **bem-estar e o desenvolvimento pessoal** da equipe, colocando os interesses coletivos acima dos individuais, e incentivando um senso de comunidade e propósito comum.

ELEMENTOS PRINCIPAIS



Os elementos principais para uma liderança eficaz incluem a **comunicação clara**, que garante que todos os membros da equipe compreendam suas responsabilidades e objetivos. A **tomada de decisão** baseada em evidências é crucial para escolher caminhos fundamentados e eficazes. A **gestão de conflitos** ajuda a manter um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo. Por fim, a **capacidade de engajar equipes** é essencial para motivar e alinhar todos na busca por metas comuns.

BASE LEGAL E OBJETIVOS

A governança, fundamentada pelo Decreto nº 9.203/2017, destaca a **liderança como crucial** e referenciais do TCU também orientam essa prática. Seu objetivo é assegurar que líderes conduzam processos com **legitimidade e responsabilidade, estabelecendo uma visão estratégica clara** e servindo como exemplo de ética.

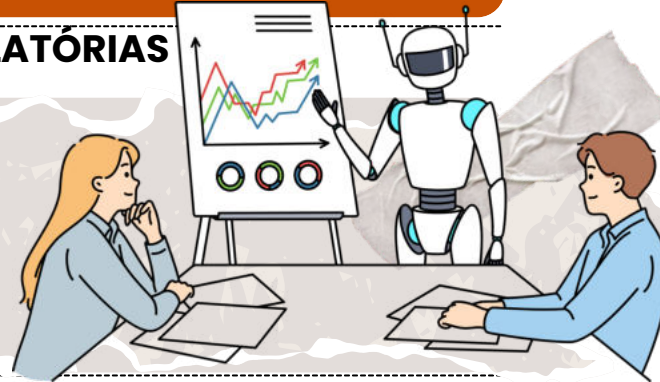
→ clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BLOCO 9

DICA

BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO (ARR) = AVALIAÇÃO POSTERIOR



Se a AIR olha antes, a ARR olha depois da norma entrar em vigor.



Ela verifica se a **regulação funcionou de fato** e se trouxe resultados positivos, com possibilidade de revisão ou revogação da norma.

Funções da ARR

- 📊 **Medir desempenho** das normas vigentes.
- 🔄 **Revisar, simplificar** ou **revogar** normas ineficientes.
- 🏛️ **Aperfeiçoar políticas públicas** com base em dados concretos.

AGENDA REGULATÓRIA

A **Agenda Regulatória** é um **plano de ação** elaborado pelas **agências reguladoras** para definir as prioridades de regulação em um período (geralmente bienal).

Características:

- 📅 Dá previsibilidade aos agentes econômicos.
- 🔍 Permite acompanhar o que será regulado.
- 🗣️ É construída com participação social.
- 🔄 Pode ser revisada caso haja mudanças de contexto.

EXEMPLOS REAIS:

A ANP publica anualmente sua agenda, incluindo temas como biocombustíveis e exploração de petróleo.

Para evitar que a regulação seja capturada por interesses privados, é essencial ouvir a sociedade.



Consulta pública

Receber críticas e sugestões por escrito antes da edição da norma.



Audiência pública

Debates presenciais ou virtuais sobre temas relevantes.



Análise de contribuições

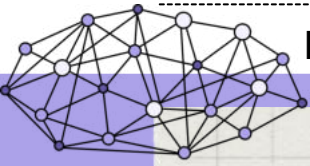
Avaliação técnica das propostas enviadas, com resposta da agência.

EXEMPLO REAL:

- A ANP realizou consulta pública para alterar regras de biocombustíveis, ouvindo empresas, ONGs e consumidores.

DICA

NOÇÕES DE ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCO



MENTAUDADE DE RISCO -
COMO MAPEAR RISCOS

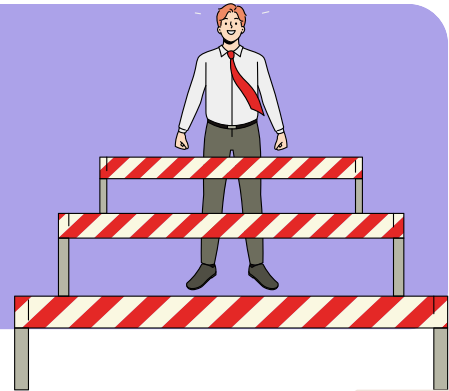


➔ O mapeamento de riscos envolve a **identificação** de **potenciais problemas** que podem ocorrer em cada processo e implementar ações para mitigar esses riscos.

COMO FAZER ISSO?

1 **Identifique as Etapas Críticas do Processo:** Analise cada fase do processo e pense em possíveis **falhas** ou **problemas** que poderiam ocorrer em cada etapa.

EXEMPLO: NA PRODUÇÃO DE UM PRODUTO, RISCOS PODEM INCLUIR ATRASOS NO FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA OU FALHAS DE EQUIPAMENTO.



2 **Avalie o Impacto e a Probabilidade:** Classifique os riscos de acordo com sua **gravidade** e a **probabilidade** de ocorrerem.

EXEMPLO: UMA FALHA EM UM EQUIPAMENTO CRÍTICO PODE TER UM IMPACTO ALTO, MAS SUA PROBABILIDADE PODE SER BAIXA SE A MANUTENÇÃO FOR REALIZADA REGULARMENTE.



3 **Desenvolva Ações Preventivas:** Com base na avaliação, implemente **ações preventivas** para mitigar os riscos mais prováveis e impactantes.

EXEMPLO: UM PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA EVITAR FALHAS DE MÁQUINAS.



4 **Monitore e Reavalie:** Periodicamente, revise o **mapa de riscos** e ajuste conforme necessário. Novos riscos podem surgir, e o impacto de riscos antigos pode mudar.

EXEMPLO: APÓS UM NOVO FORNECEDOR SER CONTRATADO, REAVALIE O RISCO DE ATRASOS DE ENTREGA.



DICA

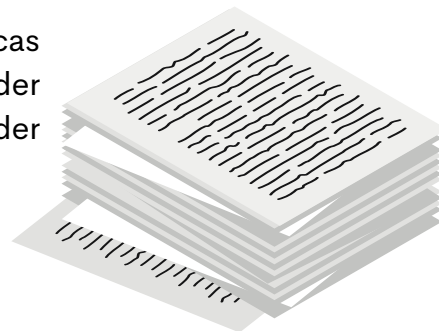
ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

ATENÇÃO!



Esses atributos são apontados pela doutrina!

Os atributos do poder de polícia são características essenciais que definem a natureza e o escopo desse poder administrativo. Existem três atributos principais do poder de polícia, que são:



→ **Discricionariedade**

O poder de polícia é exercido com certa margem de discricionariedade por parte da administração pública. Isso significa que as autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a **situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

→ **Autoexecutoriedade**

A característica de autoexecutoriedade implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário antes de executá-los**. Em outras palavras, graças a essa autoexecutoriedade, a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.

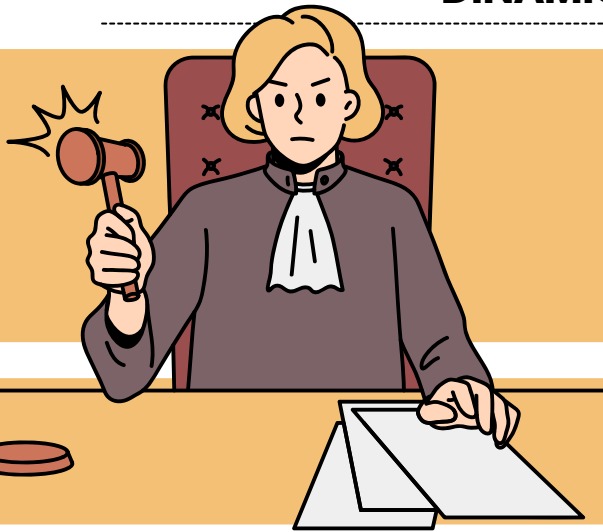
→ **Coercibilidade**

O poder de polícia permite que a administração use **medidas coercitivas** para fazer cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas. Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

Esses atributos garantem que o poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo **regular** e **controlar** as atividades individuais de maneira apropriada, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



DICA DINÂMICA SOCIAL NO BRASIL



EFETIVAÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



A concretização dos **direitos humanos** diz respeito à **garantia e aplicação prática dos direitos reconhecidos internacionalmente**, como os definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros tratados e convenções internacionais.



- Isso implica não apenas em ter **leis e políticas que protegem esses direitos**, mas também em **assegurar a aplicação justa e equitativa dessas leis** para todos os membros da sociedade.
- Além das ações governamentais, a **realização dos direitos humanos** envolve a participação da sociedade civil, organizações não governamentais e indivíduos na promoção, proteção e defesa desses direitos.

GUARDE A INFORMAÇÃO: A **REALIZAÇÃO** DOS DIREITOS HUMANOS FOCA NA **GARANTIA** E **APLICAÇÃO** DOS DIREITOS



A reparação de direitos humanos trata do **processo de restauração ou compensação para as vítimas de violações** de direitos humanos.



O objetivo da reparação não é apenas restabelecer os direitos das vítimas, mas também **reconhecer sua dignidade, proporcionar justiça** e um caminho para a **cura**.

- Isso pode incluir várias medidas, como compensação financeira, reabilitação física e psicológica, restituição de bens, garantias de não repetição e reconhecimento público das violações sofridas.

GUARDE A INFORMAÇÃO: A **REPARAÇÃO** DE DIREITOS HUMANOS ESTÁ LIGADA AO **PROCESSO** DE **RESTAURAÇÃO** E **COMPENSAÇÃO** PARA AQUELES QUE FORAM **VÍTIMAS** DE **VIOLAÇÕES** DESSES DIREITOS.

AMBOS OS CONCEITOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA **PROMOVER A JUSTIÇA**, A **IGUALDADE** E O **RESPEITO** PELOS DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE.

DICA

REITOS DO CONSUMIDOR



DECADÊNCIA: PRAZO PARA RECLAMAR SOBRE DEFEITOS

O direito de reclamar pelos **vícios aparentes** ou de **fácil constatação** caduca em:

30
DIAS

PRODUTOS E SERVIÇOS NÃO DURÁVEIS
(ALIMENTOS, PRODUTOS DE USO RÁPIDO, SERVIÇOS DE LIMPEZA).

90
DIAS

PRODUTOS E SERVIÇOS DURÁVEIS
(ELETRODOMÉSTICOS, CARROS, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO).

Quando começa a contar o prazo?

- A partir da **entrega** do produto ou **finalização** do serviço.
- Para **vícios ocultos** (problemas que aparecem depois), o prazo começa quando o **defeito se torna evidente**.



OBSTÁCULOS À DECADÊNCIA:

Reclamação **formal interrompe** a **contagem do prazo** até que o fornecedor dê uma resposta.

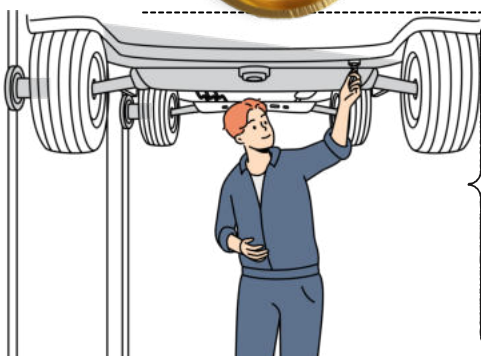
INQUÉRITO CIVIL TAMBÉM PODE INTERROMPER O PRAZO.

ANOS
5

PRESCRIÇÃO: PRAZO PARA BUSCAR REPARAÇÃO POR DANOS

- O prazo para o consumidor buscar **reparação por danos** causados por um produto ou serviço é de **5 anos**.

O PRAZO COMEÇA A CONTAR QUANDO O CONSUMIDOR DESCOBRE O DANO E SUA CAUSA.

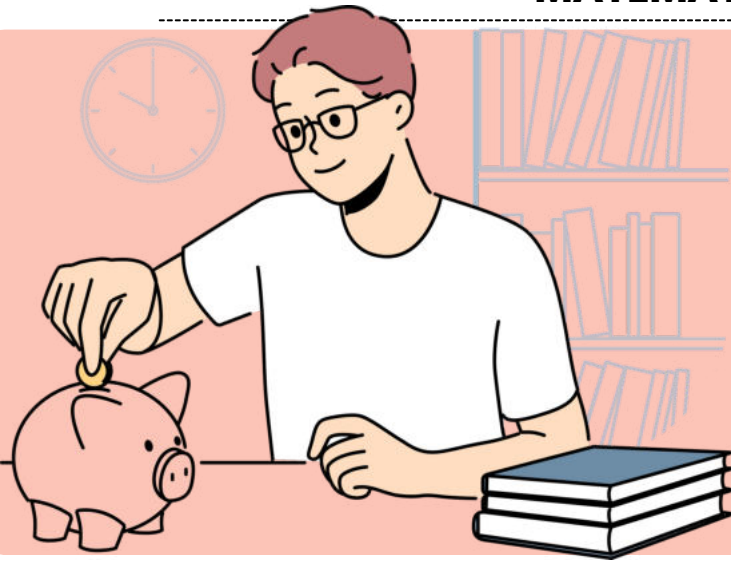


- **EXEMPLO DE PRODUTO NÃO DURÁVEL:** SE UM CONSUMIDOR COMPRA UM ALIMENTO ESTRAGADO, ELE TEM **30 DIAS** PARA RECLAMAR.
- **EXEMPLO DE PRODUTO DURÁVEL:** SE UM ELETRODOMÉSTICO COMO UMA GELADEIRA APRESENTA DEFEITO APÓS A COMPRA, O PRAZO PARA RECLAMAÇÃO É DE **90 DIAS**.
- **EXEMPLO DE VÍCIO OCULTO:** SE UM CARRO TEM UM DEFEITO NO MOTOR QUE SÓ APARECE MESES DEPOIS DA COMPRA, O PRAZO DE RECLAMAÇÃO SÓ COMEÇA QUANDO O **DEFEITO É IDENTIFICADO**.

DICA

MATEMÁTICA FINANCEIRA

JUROS COMPOSTOS



No cálculo de juros compostos, a **porcentagem de juros é aplicada não apenas ao valor principal, mas também aos juros acumulados ao longo do tempo**. Isso significa que os juros são calculados sobre o valor principal mais os juros acumulados em cada período.



Os juros compostos são chamados "compostos" porque **os juros ganhos em um período são adicionados ao principal para o próximo período**.

A FÓRMULA PARA CALCULAR JUROS COMPOSTO É:

$$M = C \cdot (1 + i)^t$$

Labels in the image: MONTANTE (pointing to M), CRÉDITO INICIAL (pointing to C), TAXA DE JUROS (pointing to i), POTÊNCIA DE TEMPO (pointing to t).

Onde:

- **M** é o montante total (incluindo o principal e os juros acumulados).
- **C** é o capital principal.
- **i** é a taxa de juros anual.
- **t** é o tempo em anos.

O montante é obtido somando o capital com o juro: **$M = C + J$**

⚠ A taxa (i) e o tempo (t) devem estar sempre na mesma unidade!

EXEMPLO DE JUROS COMPOSTO:

Um capital de R\$ 3.800,00 foi aplicado a juros de 3% ao trimestre durante um ano. Qual o valor final acumulado após esse período?

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 3.800 \times (1 + 0,03)^4$$

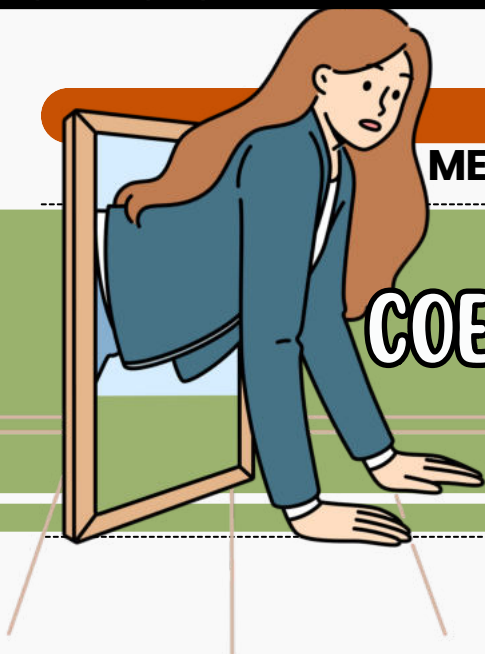
$$M = 3.800 \times (1,03)^4$$

Calculando: $1,03^4$: $1,03^4 \approx 1,1255$

Agora multiplicamos: $M \approx 3.800 \times 1,1255$

$$M \approx 4.276,90$$

O valor final acumulado após um ano será aproximadamente **R\$ 4.276,90**. ✓



DICA

MEDIDAS DE DISPERSÃO

COEFICIENTE DE VARIAÇÃO

o que é isso?

Para encontrar o coeficiente de variação, devemos **multiplicar o desvio padrão por 100 e dividir o resultado pela média.**

ESSA MEDIDA É EXPRESSA EM **PORCENTAGEM.**

$$CV = \frac{100 \cdot DP}{MA}$$



O coeficiente de variação é utilizado quando precisamos comparar variáveis que apresentam médias diferentes.

- Como o desvio padrão representa o quanto os dados estão **dispersos em relação a uma média**, ao comparar amostras com médias diferentes, a sua utilização pode gerar erros de interpretação.
- Desta forma, ao confrontar dois conjuntos de dados, o **mais homogêneo** será aquele que apresentar **menor coeficiente de variação.**

EXEMPLO:

Um professor aplicou uma prova para duas turmas e calculou a média e o desvio padrão das notas obtidas. Os valores encontrados estão na tabela abaixo.



Com base nesses valores, determine o coeficiente de variação de cada turma e indique a turma mais homogênea.

	Desvio Padrão	Média
TURMA 1	2,6	6,2
TURMA 2	3,0	8,5

CALCULANDO O COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DE CADA TURMA, TEMOS:

$$CV_1 = \frac{100 \cdot 2,6}{6,2} \cong 42\%$$

$$CV_2 = \frac{100 \cdot 3}{8,5} \cong 35\%$$

→ Desta forma, a **turma mais homogênea é a turma 2**, apesar de apresentar maior desvio padrão.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI 8112/1990

A Lei nº 8.112/1990 estabelece o **regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias federais (inclusive as em regime especial) e das fundações públicas federais**. Isso significa que as disposições desta lei se aplicam exclusivamente aos servidores públicos civis federais que ocupam cargos efetivos ou comissionados na esfera federal do governo brasileiro.



APLICAÇÃO DA LEI 8112/90

As disposições da Lei n. 8.112 **não se aplicam a todos os agentes públicos**, vamos esquematizar isso?

NÃO SE APLICA

- Aos **empregados públicos federais, que são regidos pelas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Esses empregados têm um vínculo de emprego público, mas não são considerados servidores públicos estatutários.
- Aos **servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. Cada ente federativo possui sua própria legislação e regime jurídico para seus servidores, que pode ser diferente da legislação federal.
- **Aos militares**. Os militares das Forças Armadas têm um regime jurídico próprio, regido por leis específicas das Forças Armadas, e não estão sujeitos à Lei n. 8.112/1990.

SE APLICA

- Aos **servidores estatutários da administração direta federal**, ou seja, aqueles que trabalham diretamente nos órgãos da União, como ministérios e secretarias federais.
- Aos **servidores das autarquias federais, incluindo aquelas em regime especial**. As autarquias são entidades da administração indireta que desempenham funções específicas e têm autonomia administrativa.
- Aos **servidores das fundações públicas federais**, que são entidades com personalidade jurídica de direito privado, mas que têm finalidade pública e são vinculadas à administração pública federal.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o **Concurso Nacional Unificado!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

memoriza.ai

Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)